

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV.  
CNPJ 05774894/0001- 90

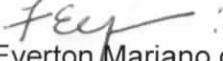
PARECER DO CONSELHO FISCAL

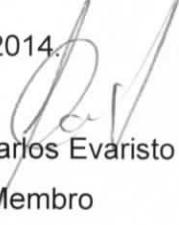
Analisamos o Balanço Patrimonial do exercício de 2013 e os Balancetes da Receita e Analíticos da Despesa do mês de Junho de 2014, bem como, o Relatório de Arrecadação de Contribuições, Pagamentos de Benefícios e Aplicações Financeiras de Junho de 2014, que a nosso entendimento se encontram a contento do ponto de vista contábil e legal. Constatamos através do Relatório de Contribuições e Pagamentos de Benefícios no mês de Junho de 2014 (competência Maio), a existência de um déficit primário de (-) R\$566.132,98 (**quinhentos e sessenta e seis mil, cento e trinta e dois reais e noventa e oito centavos**). Motivado, ainda, pela aplicação da alteração constitucional que isenta a contribuição de aposentados e pensionistas até o limite de R\$4.390,24 (**quatro mil, trezentos e noventa reais e vinte e quatro centavos**) - decisão do Supremo Tribunal Federal, incorporação de abono e na parte administrativa as despesas periódicas administrativas. Acrescido ao déficit primário do mês de Junho de 2014, o aporte de R\$842.646,17 (**oitocentos e quarenta e dois mi, seiscentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos**) realizados pela Prefeitura, Câmara Municipal, IPSJBV e UNIFAE), a transferência do COMPREV (estoque e fluxo) de R\$1.585.256,57 (**um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos**) competência Maio, acrescido o rendimento positivo de (+-) R\$1.301.923,77 (**um milhão, trezentos e um mil, novecentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos**) e outras receitas de R\$7.976,99 (**sete mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos**), totalizou superávit final de (+)R\$3.171.670,52 (**três milhões, cento e setenta e um mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos**) no mês de Junho, com recursos da movimentação financeira para aplicação, tendo em vista a alteração da Taxa SELIC, contenção da inflação, nas ações - a instabilidade no mercado mundial, o que motiva variações de rendimento nas aplicações permitidas para o Instituto de Previdência, de conformidade com as exigências legais. Observamos que a aplicação está sendo realizada conforme determinações do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário

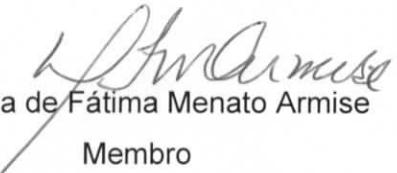
MCP  
faz  
RQ

Nacional, enquadramento nas exigências da Resolução nº. 3922/2010, que permite o limite de 30% para aplicações em renda variável, com orientação da empresa **CRÉDITO E MERCADO** e aprovação do Comitê de Aplicação Financeira. Assim sendo, este mês teve recurso destinado para aplicação. Contando em 30 de Junho de 2014 com saldo disponível/aplicações de **R\$109.122.245,78 (cento e nove milhões, cento e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos)**, conforme apurado nos Balancetes de Junho de 2014 e na Movimentação Financeira do IPSJBV deste mês. Portanto, a documentação contábil e as aplicações realizadas encontram-se, no nosso entendimento, dentro das normas legais e contábeis, razão de opinarmos pela aprovação do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 e dos Balancetes Mensais da Receita e Despesa do mês de Junho de 2014 e Relatórios das Aplicações Financeiras, da Arrecadação de Contribuições e Pagamentos de Benefícios e das Movimentações Financeiras realizadas pelo IPSJBV no mês de Junho de 2014.

São João da Boa Vista, 21 de julho de 2014.

  
Fabrício Everton Mariano da Silva  
Presidente

  
Luis Carlos Evaristo  
Membro

  
Dalva de Fátima Menato Armise  
Membro

  
Maria Aparecida Silvestre de Oliveira Diogo  
Suplente